



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 25/2021

**Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
– FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS.**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica Municipal Faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, doravante denominado – FMHIS e instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, doravante denominado Conselho Gestor do FMHIS do FMHIS, de acordo com as determinações apresentadas nesta Lei.

CAPÍTULO I
DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I
Objetivos e Fontes

Art. 2º O Fundo Municipal e Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, tem por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º O FMHIS é constituído por:

- I – Dotações do orçamento geral do município, classificadas na função de habitação;
- II – Outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;
- III – Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V – Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e
- VI – Transferências financeiras e patrimoniais oriundas do Governo Federal e Estadual e de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública direta ou indireta, recebidas diretamente ou através de convênios.
- VII – Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.
- VIII – Recursos provenientes da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) previstos na Lei do Plano Diretor N. 224/2019





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 4º O FMHIS será gerido pelo Conselho Gestor do FMHIS.

CAPITULO II
DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

Seção I
Da finalidade

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, paritariamente, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.

Seção II
Da composição e funcionamento

Art. 6º O Conselho Gestor do FMHIS será composto de 08 membros e 08 respectivos suplentes, sendo 04 representantes de entidades públicas e suplentes e 04 representantes de movimentos populares e entidades privadas e suplentes, assim distribuídos:

I – 04 representantes de entidades públicas:

- a) 01 representante da área da Habitação;
- b) 01 representante da área da Assistência Social;
- c) 01 representante da área do Planejamento Urbano, Defesa Civil ou Infraestrutura;
- d) 01 representante da área Jurídica, Procurador ou Assessor Jurídico;

II – 04 representantes de movimentos populares e entidades privadas:

- a) 02 representantes dos movimentos populares, sendo a proporção de $\frac{1}{4}$ dos membros;
- b) 02 representantes de entidades privadas.

§ 1º Os membros do Conselho Gestor do FMHIS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo chefe do poder executivo, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução mediante novo processo de escolha.

§ 2º Os representantes das entidades públicas serão indicados pelo chefe do poder executivo de acordo com as representações elencadas no Art. 4º, inciso I.

§ 3º Os representantes das entidades privadas previstos no Art. 4º, inciso II serão eleitos em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

Art. 7º O Conselho-Gestor do FMHIS reunir-se-á em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – Desvincular-se do órgão ou seguimento de origem de sua representação;
- II – Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – For apresentar em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º A função do membro do Conselho-Gestor do FMHIS não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 10 O conselho poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho de caráter temporário e/ou permanente, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, para subsidiar a plenária na tomada de decisões.

Art. 11 O Conselho deverá possuir uma Secretaria Executiva com assessoria técnica e administrativa, devendo possuir conhecimento técnico, indicada pelo secretário municipal Assistência Social

Art. 12 As reuniões do Conselho-Gestor do FMHIS devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Seção III
Da mesa Diretora

Art. 13 A Mesa Diretora do Conselho-Gestor do FMHIS, será eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, sendo composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário(a); e
- IV - 2º Secretário(a).

§ 1º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e não-governamental para a eleição dos cargos, a ser definida em regimento interno.

§ 2º O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º Competirá a Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção IV
Das Aplicações dos Recursos do FMHIS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 14 As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I – Aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II – Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV – Implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V – Aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI – Recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FMHIS.

Parágrafo único. Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção V
Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS

Art. 15 Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

- I – Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;
- II – Aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, acompanhar e fiscalizar o seu cumprimento, e avaliar anualmente o cumprimento das metas e ações;
- III – Aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;
- IV – Fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- V – Deliberar sobre as contas do FMHIS;
- VI – Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
- VII – Aprovar seu regimento interno;
- VIII – Aprovar os relatórios anuais de gestão FMHIS;

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA

§ 3º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16 Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 17 Compete ao Conselho Gestor elaborar o regimento interno e aprovar, dispondo sobre as questões de funcionamento.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a lei nº 2039 de 14 de dezembro de 2009.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 07 de abril de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

